

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Sempre que utilizadas, as siglas subsequentes devem ser interpretadas com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: CF = Constituição Federal de 1988; CLT = Consolidação das Leis do Trabalho; CP = Código Penal; CPC = Código de Processo Civil; CPP = Código de Processo Penal; DF = Distrito Federal; ECA = Estatuto da Criança e do Adolescente; FGTS = fundo de garantia por tempo de serviço; ICMS = imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação; ITCMD = imposto sobre transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens e direitos; MP = Ministério Público; OAB = Ordem dos Advogados do Brasil; STF = Supremo Tribunal Federal; TST = Tribunal Superior do Trabalho.

PROVA OBJETIVA

QUESTÃO 1

Com relação a infrações cometidas por advogados e às sanções disciplinares a eles aplicadas, assinale a opção correta.

- Ⓐ Não constitui infração disciplinar a recusa, sem justo motivo, do advogado a prestar assistência jurídica, quando nomeado por decisão judicial diante da impossibilidade da defensoria pública, visto que ninguém pode ser compelido a trabalhar sem remuneração.
- Ⓑ São consideradas condutas incompatíveis com a advocacia a prática reiterada de jogo de azar não autorizado por lei e a embriaguez habitual sem justo motivo.
- Ⓒ O Tribunal de Ética e Disciplina não pode instaurar, de ofício, processo sobre ato considerado passível de configurar, em tese, infração a princípio ou a norma de ética profissional.
- Ⓓ É possível a instauração, perante o Tribunal de Ética e Disciplina, de processo disciplinar, mediante representação apócrifa, contra advogado.

QUESTÃO 2

No que concerne à capacidade postulatória do advogado, assinale a opção correta.

- Ⓐ Em caso de urgência, pode o advogado postular em juízo sem procuração, devendo apresentá-la no prazo de quinze dias.
- Ⓑ Caso o advogado não junte procuração, o juiz mandará intimá-lo para que a apresente imediatamente, sob pena de indeferimento da petição inicial.
- Ⓒ O advogado que renunciar à procuração que lhe foi outorgada fica obrigado a representar o outorgante pelo prazo de dez dias, a contar da notificação da renúncia, ainda que outro advogado o substitua.
- Ⓓ A procuração para o foro confere, em geral, poderes especiais ao advogado.

QUESTÃO 3

Acerca do exercício da advocacia, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os procuradores da fazenda nacional, por serem funcionários públicos, não se sujeitam à Lei n.º 8.906/1994.
- Ⓑ Ao estagiário devidamente inscrito na OAB é permitido praticar os atos privativos de advogado, desde que em conjunto com o advogado e sob sua responsabilidade, podendo assinar isoladamente petição de juntada de documentos.
- Ⓒ A única petição que o estagiário pode assinar sozinho é a de solicitação de preferência no julgamento do processo.
- Ⓓ Com a instituição das defensorias públicas nos estados e no DF, regidas por lei específica, os defensores públicos não podem exercer atividade de advocacia e, por isso, não se sujeitam à Lei n.º 8.906/1994.

QUESTÃO 4

No que se refere aos direitos e deveres do advogado, assinale a opção correta.

- Ⓐ Ao falar em juízo, durante uma audiência, o advogado deve permanecer de pé.
- Ⓑ O advogado que desejar falar com magistrado deve agendar previamente um horário, devendo estar presente à audiência com, pelo menos, quinze minutos de antecedência.
- Ⓒ O advogado devidamente inscrito na OAB só pode advogar no estado onde tenha homologado sua inscrição.
- Ⓓ O advogado pode ter vista, mesmo sem procuração, de qualquer processo, administrativo ou judicial, que não esteja sujeito a sigilo, podendo copiá-lo e anotar o que bem entender.

QUESTÃO 5

Assinale a opção correta acerca da inscrição do advogado nos quadros da OAB.

- Ⓐ Considere que Juan, cubano, bacharel em direito por faculdade de seu país de origem, fixe residência no Brasil. Nessa situação hipotética, Juan pode requerer inscrição, como advogado, nos quadros da OAB, desde que revalide seu diploma no Brasil.
- Ⓑ Considere que Hugo, venezuelano, após revalidar, no Brasil, diploma de bacharel em direito obtido no Equador, requeira sua inscrição, como advogado, na OAB, sem ter sido aprovado no exame de ordem, sob o argumento de que, em seu país, inexistia tal exigência. Nesse caso específico, a OAB poderá dispensá-lo do exame.
- Ⓒ Promotor de justiça aposentado pode solicitar inscrição nos quadros da OAB como advogado.
- Ⓓ Oficial das Forças Armadas formado em curso de direito e aprovado no exame de ordem pode solicitar inscrição nos quadros da OAB como advogado.

QUESTÃO 6

Em cada uma das opções a seguir, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção que apresenta assertiva correta com relação à inscrição do advogado na OAB.

- Ⓐ José, advogado, tem sua inscrição principal na OAB/DF e também atua na comarca de Luziânia – GO, onde advoga para uma empresa, assumindo mais de seis causas por ano nessa comarca. Nessa situação, José deve requerer sua inscrição suplementar na OAB/GO.
- Ⓑ Paulo, advogado, obteve aprovação em concurso público e passou a exercer cargo incompatível com a advocacia. Nessa situação, para que ocorra o cancelamento de sua inscrição, somente Paulo poderá comunicar o fato à OAB.
- Ⓒ Marcelo, advogado, e Ana, juíza federal substituta, são casados entre si e residem em Manaus – AM. Ana foi transferida para Roraima, para assumir a titularidade de uma vara naquele estado. Nessa situação, Marcelo, ao mudar seu domicílio profissional para Roraima, não será obrigado a requerer a transferência de sua inscrição na OAB para aquele estado.
- Ⓓ André, advogado, foi convidado a assumir temporariamente cargo incompatível com a advocacia. Nessa situação, caso pretenda aceitar o convite, André deverá requerer o cancelamento de sua inscrição na OAB.

QUESTÃO 7

A respeito das sociedades de advogado, assinale a opção correta.

- Ⓐ As procurações podem ser outorgadas à sociedade de advogados, bastando que se faça menção ao registro dos advogados que a compõem.
- Ⓑ A personalidade jurídica da sociedade de advogados é adquirida com o seu registro na junta comercial.
- Ⓒ Considere que Rogério e Daniel sejam sócios na XYZ Advogados, com sede em Belém – PA, e que André convide Rogério para integrar a equipe de sua sociedade, a MNP Advocacia, com sede em Santarém – PA. Nessa situação, não há qualquer impedimento ao fato de Rogério integrar a MNP Advocacia, uma vez que a sede das referidas sociedades está situada em cidades diferentes.
- Ⓓ A sociedade de advogados só adquire personalidade jurídica após o registro na seccional da OAB em cuja base territorial estiver situada a sede da sociedade.

QUESTÃO 8

Com relação ao advogado empregado, assinale a opção correta.

- Ⓐ Considere que Marcos, advogado empregado do banco X, tenha recebido ordem para elaborar parecer favorável em um contrato manifestamente ilegal. Nesse caso, por ser empregado do banco, ele não possui independência profissional para fazer, por convicção, parecer contrário ao referido contrato.
- Ⓑ O advogado empregado, no exercício da profissão, não pode ter regime de trabalho superior a trinta horas semanais, independentemente de acordo coletivo ou de contrato de dedicação exclusiva.
- Ⓒ Considere que Fabiana, advogada da empresa SW, tenha ganhado processo para seu empregador. Nessa situação, caso haja honorários de sucumbência, estes devem ser repassados à empresa, haja vista que Fabiana já é remunerada para defender os interesses da empresa SW.
- Ⓓ Considere que Daniel, advogado empregado do banco Z, tenha sido chamado à sala do diretor-presidente e lá recebido ordem para fazer contestação do processo de separação desse diretor-presidente. Nessa situação, Daniel não está obrigado a prestar seus serviços profissionais, visto que a causa é de interesse pessoal do diretor-presidente, sem relação com o contrato de trabalho.

QUESTÃO 9

Antônio, advogado que nunca fora punido disciplinarmente, está respondendo, na OAB, a processo disciplinar sob a acusação de violação de sigilo profissional.

Nessa situação hipotética, se for condenado, Antônio deverá ser punido com a pena de

- Ⓐ censura.
- Ⓑ multa.
- Ⓒ exclusão.
- Ⓓ suspensão.

QUESTÃO 10

O Código de Ética e Disciplina da OAB **não** admite que o advogado

- Ⓐ inclua, em anúncio de sua atividade, qualificação de mestre em direito privado e membro efetivo de instituto de advogados.
- Ⓑ condicione, ao término da causa, a devolução dos documentos do cliente mediante o pagamento dos honorários devidos.
- Ⓒ renuncie ao mandato no curso de um processo, ainda que comunique ao cliente, via carta com AR, essa decisão.
- Ⓓ cobre honorários por valores acima dos fixados pela tabela de honorários da OAB.

QUESTÃO 11

Comparando-se as instituições do direito internacional público com as típicas do direito interno de determinado país, percebe-se que, no direito internacional,

- A** há uma norma suprema como no direito interno.
- B** há órgão central legislativo para todo o planeta.
- C** há cortes judiciais com jurisdição transnacional.
- D** há um governo central, que possui soberania sobre todas as nações.

QUESTÃO 12

Constitui objetivo da Organização Mundial do Comércio

- A** fornecer recursos monetários para incentivar o desenvolvimento econômico.
- B** permitir a criação de zonas francas de comércio.
- C** facilitar o empréstimo monetário internacional.
- D** solucionar controvérsias sobre tarifas do comércio internacional.

QUESTÃO 13

Assinale a opção correta no que diz respeito ao controle das omissões inconstitucionais.

- A** A omissão inconstitucional pode ser sanada mediante dois instrumentos: o mandado de injunção, ação própria do controle de constitucionalidade concentrado; e a ação direta de inconstitucionalidade por omissão, instrumento do controle difuso de constitucionalidade.
- B** O mandado de injunção destina-se à proteção de qualquer direito previsto constitucionalmente, mas inviabilizado pela ausência de norma integradora.
- C** A ação direta de inconstitucionalidade por omissão que objetive a regulamentação de norma da CF somente pode ser ajuizada pelos sujeitos enumerados no artigo 103 da CF, sendo a competência para o seu julgamento privativa do STF.
- D** Na omissão inconstitucional total ou absoluta, o legislador deixa de proceder à completa integração constitucional, regulamentando deficientemente a norma da CF.

QUESTÃO 14

Considerando as normas constitucionais sobre processo legislativo, assinale a opção correta.

- A** A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal. As comissões permanentes de ambas as casas podem discutir e votar projetos de lei que dispensarem a competência do plenário, mas não têm o poder de apresentar tais projetos para dar início ao processo legislativo.
- B** A emenda à CF será promulgada, com o respectivo número de ordem, pelo presidente do Senado Federal, na condição de presidente do Congresso Nacional. Se a promulgação não ocorrer dentro do prazo de quarenta e oito horas após a sua aprovação, as mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal deverão fazê-lo.
- C** São de iniciativa privativa do presidente da República as leis que disponham sobre o aumento de remuneração dos cargos, funções e empregos na administração direta e autárquica.
- D** A iniciativa popular de lei pode ser exercida pela apresentação, à Câmara dos Deputados ou ao Senado Federal, de projeto de lei subscrito por, no mínimo, 1% do eleitorado nacional, distribuído, pelo menos, por cinco estados.

QUESTÃO 15

Assinale a opção correta acerca da organização do Congresso Nacional.

- A** Na constituição das mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e na montagem das comissões permanentes e temporárias, há de se assegurar, obrigatoriamente, a representação proporcional, de modo que nenhum partido ou bloco parlamentar deixe de ser contemplado.
- B** O deputado ou senador licenciado para exercer o cargo de ministro de Estado, governador ou secretário estadual, ou que estiver licenciado para tratar de interesse particular, poderá optar pela remuneração do mandato, desde que, neste último caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias.
- C** A convocação extraordinária do Congresso Nacional pode ser feita pelos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e pelo presidente da República, nos casos taxativamente previstos na CF. Os membros de ambas as casas não têm competência para propor esse tipo de convocação.
- D** Além de outros casos previstos na CF, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal reunir-se-ão, em sessão conjunta, para a apreciação de veto presidencial a projeto de lei e sobre ele deliberar.

QUESTÃO 16

Com relação ao preâmbulo da CF e às disposições constitucionais transitórias, assinale a opção correta.

- A** A doutrina constitucional majoritária e a jurisprudência do STF consideram que o preâmbulo constitucional não tem força cogente, não valendo, pois, como norma jurídica. Nesse sentido, seus princípios não prevalecem diante de eventual conflito com o texto expresso da CF.
- B** As disposições constitucionais transitórias são normas aplicáveis a situações certas e passageiras; complementares, portanto, à obra do poder constituinte originário e, situando-se fora da CF, não podem ser consideradas parte integrante desta.
- C** Por traçar as diretrizes políticas, filosóficas e ideológicas da CF, o preâmbulo constitucional impõe limitações de ordem material ao poder reformador do Congresso Nacional, podendo servir de paradigma para a declaração de inconstitucionalidade.
- D** Considerando-se que o conteúdo do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias é de direito intertemporal, não é possível afirmar que suas normas ostentam o mesmo grau de eficácia e de autoridade jurídica em relação aos preceitos constantes do texto constitucional.

QUESTÃO 17

Assinale a opção correta a respeito dos partidos políticos.

- A** A CF consagra o princípio da liberdade partidária de modo ilimitado e irrestrito, não admitindo condicionantes para a criação, fusão, incorporação e extinção dos partidos políticos.
- B** Os partidos políticos somente adquirem personalidade jurídica após duplo registro: no registro civil das pessoas jurídicas e no tribunal regional eleitoral do estado em que estão sediados.
- C** Como sujeitos de direitos, os partidos políticos têm legitimidade para atuar em juízo, e, se tiverem representação no Congresso Nacional, podem ajuizar mandado de segurança coletivo.
- D** Somente os partidos com representação no Congresso Nacional podem usufruir dos recursos do fundo partidário e ter acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei.

QUESTÃO 18

Relativamente à organização e às competências do Poder Judiciário, assinale a opção correta.

- A** O Conselho Nacional de Justiça, órgão interno de controle administrativo, financeiro e disciplinar da magistratura, é composto por membros do Poder Judiciário, do MP, da advocacia e da sociedade civil.
- B** As causas em que entidade autárquica, empresa pública federal ou sociedade de economia mista seja interessada na condição de autora, ré, assistente ou oponente são de competência da justiça federal.
- C** A edição de súmula vinculante pelo STF poderá ocorrer de ofício ou por provocação de pessoas ou entes autorizados em lei, entre estes, os legitimados para a ação direta de inconstitucionalidade. O cancelamento ou revisão de súmula somente poderá ocorrer por iniciativa do próprio STF.
- D** Cabe reclamação constitucional dirigida ao STF contra decisão judicial que contrarie súmula vinculante ou que indevidamente a aplique. O modelo adotado na CF não admite reclamação contra ato que, provindo da administração, esteja em desconformidade com a referida súmula.

QUESTÃO 19

Considerando as normas constitucionais que versam sobre a organização do Estado Federal, assinale a opção correta.

- A** A subdivisão e o desmembramento dos estados dar-se-ão mediante aprovação das populações diretamente interessadas, bem como das respectivas assembleias legislativas, por lei complementar.
- B** Os prefeitos dispõem, como foro especial por prerrogativa de função, do Superior Tribunal de Justiça, ao qual cabe processá-los e julgá-los.
- C** Em obediência ao princípio da isonomia e da equivalência entre os diversos estados da Federação, os subsídios do governador e do vice-governador, que têm como parâmetro os subsídios dos ministros do STF, são fixados por lei federal.
- D** Aos deputados estaduais aplicam-se as regras da CF sobre sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.

QUESTÃO 20

Considerando o sistema de repartição de competências entre os entes federativos, assinale a opção correta.

- A** Compete privativamente à União legislar sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- B** No exercício de sua autonomia político-administrativa, cabe aos municípios criar, organizar e suprimir distritos, independentemente de qualquer disciplina legal, de âmbito estadual, sobre o tema.
- C** É da responsabilidade da União organizar e manter o Poder Judiciário, o MP e a Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios.
- D** Aos estados e municípios cabe exercer os poderes enumerados no texto constitucional, restando à União a competência dita remanescente.

QUESTÃO 21

Assinale a opção correta acerca do Poder Executivo.

- A** Em casos de vacância ou de impedimento do presidente e do vice-presidente da República, serão chamados ao exercício da Presidência da República, sucessivamente, o presidente do Senado Federal, o presidente da Câmara dos Deputados e o presidente do STF.
- B** O presidente da República somente poderá ser processado e julgado, nas infrações penais comuns, perante o STF, com a prévia anuência do Senado Federal.
- C** O presidente e o vice-presidente da República não podem ausentar-se do país, por qualquer período de tempo, sem licença do Senado Federal, sob pena de perda do cargo.
- D** Será considerado eleito presidente da República o candidato que, registrado por partido político, obtiver a maioria absoluta de votos, não computados os votos em branco e os nulos.

QUESTÃO 22

No que se refere à política urbana e à de reforma agrária, assinale a opção correta.

- Ⓐ Compete à União desapropriar, por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro.
- Ⓑ O plano diretor, aprovado pela câmara municipal, é obrigatório para cidades que tenham mais de vinte mil eleitores, nos termos do que dispõe o Estatuto das Cidades.
- Ⓒ É insuscetível de reforma agrária a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra.
- Ⓓ O imóvel público situado na área urbana só pode ser adquirido por usucapião se estiver sendo ocupado há cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, como moradia familiar, desde que os membros da família não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.

QUESTÃO 23

Os sócios da Frente e Verso Tecidos Ltda. praticaram atos desvirtuados da função da pessoa jurídica, constatando-se fraude relativa à sua autonomia patrimonial. Os credores propuseram a ação judicial competente e o juízo *a quo* decretou a desconsideração da personalidade jurídica da referida sociedade.

Considerando a situação hipotética apresentada e a disciplina normativa da desconsideração da personalidade jurídica, assinale a opção correta.

- Ⓐ A decisão judicial importará na extinção da Frente e Verso Tecidos Ltda., com a posterior liquidação de seus bens materiais e imateriais.
- Ⓑ A desconsideração da personalidade jurídica importará na retirada momentânea da autonomia patrimonial da Frente e Verso Tecidos Ltda., para estender os efeitos de suas obrigações aos bens particulares de seus sócios.
- Ⓒ O juízo *a quo* não tem competência para decretar a desconsideração da personalidade jurídica da Frente e Verso Tecidos Ltda., mas apenas para decidir por sua dissolução, total ou parcial, nos casos de fraude relativa à autonomia patrimonial.
- Ⓓ A decretação da desconsideração da personalidade jurídica da Frente e Verso Tecidos Ltda. acarreta sua liquidação.

QUESTÃO 24

Nas sociedades em nome coletivo,

- Ⓐ os sócios podem ser pessoas físicas ou jurídicas.
- Ⓑ o falecimento de sócio implica a liquidação das quotas do falecido, caso o contrato social seja omissivo a tal respeito.
- Ⓒ a administração pode competir a sócio ou a terceiro designado pelos sócios.
- Ⓓ os sócios respondem, de forma subsidiária e limitada à integralização de suas quotas, pelas obrigações sociais.

QUESTÃO 25

Joana adquiriu um aparelho de telefone em loja de eletrodomésticos e, juntamente com o manual de instruções, foi-lhe entregue o termo de garantia do produto, que assegurava ao consumidor um ano de garantia, a contar da efetiva entrega do produto. Cerca de um ano e um mês após a data da compra, o aparelho de telefone apresentou comprovadamente um defeito de fabricação.

Em face dessa situação hipotética, assinale a opção correta acerca dos direitos do consumidor.

- Ⓐ Após o prazo de um ano de garantia conferida pelo fornecedor, Joana não poderá alegar a existência de qualquer defeito de fabricação.
- Ⓑ Joana poderá reclamar eventuais defeitos de fabricação até o prazo de noventa dias após o final da garantia contratual conferida pelo fornecedor.
- Ⓒ O prazo para Joana reclamar dos vícios do produto é de apenas noventa dias, a partir da entrega efetiva do produto, independentemente de prazo de garantia.
- Ⓓ A lei garante a Joana a possibilidade de reclamar de eventuais defeitos de fabricação a qualquer tempo, desde que devidamente comprovados.

QUESTÃO 26

O nome comercial ou de empresa, ou, ainda, o nome empresarial, compreende, como expressão genérica, três espécies de designação: a firma de empresário (a antiga firma individual), a firma social e a denominação.

Rubens Requião. Curso de direito comercial. 1.º vol., 27.ª ed., S. Paulo: Saraiva, 2007, p. 231 (com adaptações).

Considerando a doutrina relativa às espécies de nomes comerciais, assinale a opção correta.

- Ⓐ O direito brasileiro se filia ao sistema legislativo da veracidade ou da autenticidade. Assim, a firma individual deve ser constituída sob o patronímico do empresário individual.
- Ⓑ A omissão do termo “limitada” na denominação social não implica necessariamente a responsabilidade solidária e ilimitada dos administradores da firma.
- Ⓒ A utilização da expressão “sociedade anônima” pode indicar a firma de sociedade simples ou empresária.
- Ⓓ O registro do nome comercial na junta comercial de um estado garante à sociedade constituída a exclusividade da utilização internacional da denominação registrada.

QUESTÃO 27

Com base no Código de Defesa do Consumidor, assinale a opção correta acerca da responsabilidade na prestação de serviços.

- Ⓐ O fornecedor de serviço responderá pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços ou decorrentes de informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos somente se comprovada a sua culpa.
- Ⓑ A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais deve ser apurada independentemente da verificação de culpa.
- Ⓒ O serviço é considerado defeituoso pela adoção de novas técnicas.
- Ⓓ O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro, ou quando provar que, tendo prestado o serviço, o defeito inexistia.

QUESTÃO 28

A respeito dos defeitos e da invalidade do negócio jurídico, assinale a opção correta.

- A São anuláveis os negócios jurídicos por vício de erro.
- B São nulos os negócios jurídicos por vício de dolo.
- C O negócio jurídico resultante do vício de coação não é passível de confirmação, por ser nulo de pleno direito.
- D Configura-se o vício de lesão quando alguém, premido pela necessidade de salvar a si mesmo, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação onerosa.

QUESTÃO 29

Assinale a opção correta respeito da prescrição e da decadência.

- A Pode haver renúncia à decadência prevista em lei por aquele que a aproveita.
- B A pretensão condenatória não exercitada no prazo legal sujeita-se aos efeitos da decadência.
- C A prescrição iniciada contra o credor continua a correr contra o sucessor universal absolutamente incapaz.
- D Não corre prescrição enquanto pendente a condição suspensiva em relação ao negócio jurídico.

QUESTÃO 30

Com base no Código Civil brasileiro, assinale a opção correta acerca do reconhecimento dos filhos.

- A O filho havido fora do casamento e reconhecido por um dos cônjuges não poderá residir no lar conjugal sem o consentimento do outro cônjuge.
- B É passível de revogação o reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento.
- C O filho havido fora do casamento não pode ser reconhecido, separadamente, pelos pais.
- D O filho maior pode ser reconhecido, independentemente de seu consentimento, visto que o reconhecimento da paternidade constitui direito subjetivo do genitor.

QUESTÃO 31

Em relação às regras que disciplinam o casamento, assinale a opção correta.

- A Decorrido um ano do trânsito em julgado da sentença que haja decretado a separação judicial, é automática a conversão desta em divórcio.
- B No casamento realizado mediante procuração, a morte superveniente do mandante acarreta a inexistência do casamento se este tiver sido celebrado pelo mandatário após a morte do mandante.
- C Se os cônjuges divorciados quiserem restabelecer a união conjugal, terão de peticionar nos mesmos autos em que se processou o divórcio, informando ao juiz que pretendem restabelecer a vida conjugal.
- D O homem com 16 anos de idade, filho de pais solteiros e que viva na companhia da mãe, não necessita de consentimento do pai para se casar.

QUESTÃO 32

Com relação ao contrato, assinale a opção correta.

- A A resilição consiste na extinção do contrato por circunstância superveniente à sua formação, como, por exemplo, o inadimplemento absoluto.
- B A resolução constitui a extinção do contrato por simples renúncia da parte.
- C A rescisão tem origem em defeito contemporâneo à formação do contrato, e a presença do vício torna o contrato anulável ou nulo.
- D O distrato constitui espécie de resolução contratual.

QUESTÃO 33

Assinale a opção correta acerca das pessoas naturais e jurídicas.

- A A personalidade civil da pessoa natural tem início a partir do nascimento com vida, independentemente do preenchimento de qualquer requisito psíquico.
- B O indivíduo de 16 anos de idade, ao contrair casamento, adquire a plena capacidade civil por meio da emancipação, voltando à condição de incapaz se, um ano após o casamento, sobrevier a separação judicial.
- C Na sistemática do Código Civil, não se admite a declaração judicial de morte presumida sem decretação de ausência.
- D A existência legal das pessoas jurídicas de direito privado começa com o início de suas atividades jurídicas.

QUESTÃO 34

No que se refere às modalidades de obrigações, assinale a opção correta.

- A O compromisso de compra e venda configura obrigação de dar quando o promitente vendedor se obriga a emitir declaração de vontade para a celebração do contrato definitivo, outorgando a escritura pública ao compromissário comprador, depois de pagas todas as prestações.
- B Caracteriza obrigação de meio o ato de o advogado assumir defender os interesses dos clientes, empregando seus conhecimentos para obtenção de determinado resultado; nesse tipo de obrigação, o advogado não fará jus aos honorários advocatícios quando não vencer a causa.
- C Nas obrigações solidárias passivas, se a prestação se perder, convertendo-se em perdas e danos, o credor perderá o direito de exigir de um só devedor o pagamento da totalidade das perdas e danos.
- D A obrigação de dar coisa certa confere ao credor simples direito pessoal, e não real, havendo, contudo, no âmbito do direito, medidas destinadas a persuadir o devedor a cumprir a obrigação.

QUESTÃO 35

De acordo com o que dispõe o Código Civil a respeito da responsabilidade civil, assinale a opção correta.

- A** O dono de edifício responderá pelos danos causados pela ruína do prédio, estando o lesado dispensado de provar que a ruína decorreu de falta de reparos e que a necessidade dessas reparações é manifesta.
- B** No caso de responsabilidade civil em virtude de ofensa à saúde, o ofendido não tem direito de ser indenizado das despesas dos lucros cessantes.
- C** Somente há responsabilidade do empregador pelos danos que seus empregados, no exercício de suas funções, causarem a terceiros, se ficar demonstrado que o empregador infringiu o dever de vigilância.
- D** O Código Civil consagra a responsabilidade civil objetiva das empresas pelos danos causados pelos produtos postos em circulação.

QUESTÃO 36

Assinale a opção correta acerca dos encargos alimentares.

- A** Alimentos são devidos entre cônjuges, companheiros e parentes, limitando-se, neste caso, aos colaterais até o terceiro grau.
- B** A fixação dos alimentos privilegia a necessidade em detrimento da possibilidade.
- C** A transmissão da obrigação alimentícia não ocorre em relação aos herdeiros do devedor, visto que é obrigação personalíssima.
- D** Admite-se a prestação de alimentos com caráter complementar, desde que reste comprovado que os alimentos originalmente fixados não atendem integralmente às necessidades do credor.

QUESTÃO 37

Acerca do direito sucessório, assinale a opção correta.

- A** É válida a disposição testamentária do testador casado, em favor de filho que nasça de seu relacionamento com concubina.
- B** Não é válida disposição de última vontade que institua pessoa jurídica como herdeira testamentária.
- C** A aceitação da herança é o ato jurídico unilateral por meio do qual o herdeiro manifesta livremente sua vontade de receber a herança, por isso o ato deve sempre ser feito por declaração escrita.
- D** Os descendentes do herdeiro que renuncia à herança herdam por representação na sucessão legítima.

QUESTÃO 38

São modalidades de citação ficta

- A** a citação por via postal e a citação por edital.
- B** a citação com hora certa e a citação por edital.
- C** a citação por oficial de justiça e a citação por meio eletrônico.
- D** a citação com hora certa e a citação por oficial de justiça.

QUESTÃO 39

De acordo com o CPC, faz coisa julgada material

- A** o motivo importante que determine o alcance da parte dispositiva da sentença.
- B** a apreciação de questão prejudicial decidida incidentalmente no processo.
- C** a resolução de questão prejudicial, se a parte o requerer, o juiz for competente em razão da matéria e constituir pressuposto necessário para o julgamento da lide.
- D** a verdade dos fatos estabelecidos como fundamento da sentença.

QUESTÃO 40

Com base na legislação processual civil, assinale a opção correta acerca da sentença.

- A** O juiz pode modificar sentença já publicada para correção de erro material.
- B** A sentença deve ser certa, com exceção da hipótese em que se julga relação jurídica condicional.
- C** É vedado ao juiz considerar, no momento de proferir sentença, fato constitutivo, modificativo ou extintivo do direito ocorrido depois da propositura da ação, ainda que influa no julgamento da lide.
- D** É permitido ao juiz, na sentença, condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.

QUESTÃO 41

Assinale a opção correta com relação aos procedimentos cautelares específicos.

- A** Denomina-se arresto a apreensão cautelar de bens com a finalidade de garantir futura execução para entrega de coisa certa.
- B** O sequestro é medida cautelar destinada a apreender tantos bens quantos forem necessários para garantir futura ação de execução.
- C** Na busca e apreensão, cabe audiência de justificação prévia.
- D** Os alimentos provisionais têm por finalidade prover o sustento definitivo da parte postulante.

QUESTÃO 42

Assinale a opção correta a respeito do processo de execução.

- A** A legislação processual civil estabelece regime especial para a execução contra a fazenda pública, podendo o objeto ser o pagamento de quantia certa, o cumprimento de obrigação de fazer e não fazer ou a entrega de coisa.
- B** Constitui título executivo extrajudicial a certidão de dívida ativa da fazenda pública da União, dos estados, do DF, dos territórios e dos municípios correspondente a créditos devidamente inscritos na forma da lei.
- C** Caracteriza-se a fraude de execução somente quando o devedor aliena bens durante o processo de execução.
- D** Caso o exequente proponha execução fundada em título extrajudicial sem que a petição inicial venha acompanhada dos documentos indispensáveis à sua propositura, o juiz deverá, de plano, indeferir o pedido, pois, no processo de execução, é incabível emenda à inicial.

QUESTÃO 43

Um homem e uma mulher casaram-se, em 1990, sob o regime da comunhão parcial de bens e não tiveram filhos. Após 18 anos de convivência matrimonial, o casal, que adquiriu bens móveis e imóveis durante esse período, separou-se.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta acerca do procedimento da separação.

- A** A separação consensual do casal pode ser realizada extrajudicialmente por escritura pública.
- B** Optando pela separação extrajudicial, os cônjuges não poderão fazer-se representar por um único advogado, em razão da natureza dos direitos em discussão.
- C** Se o casal optar pela separação litigiosa, nada impede que esta seja feita extrajudicialmente por meio de escritura pública.
- D** Se optarem pela separação extrajudicial, os cônjuges terão de, imediatamente, cumprir a exigência de partilha somente dos bens imóveis comuns do casal, não se admitindo que ela seja feita posteriormente.

QUESTÃO 44

Mariana ajuizou ação contra Raimundo, com o objetivo de ver declarada a titularidade que o réu afirmava possuir sobre um bem móvel. Após devidamente citado, Raimundo ofereceu contestação. Posteriormente, ele vendeu o bem a Jorge.

Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** Proferida a sentença entre as partes originárias, esta não estenderá seus efeitos a Jorge.
- B** Jorge não poderá substituir Raimundo no processo.
- C** Se Jorge quiser ingressar no processo como assistente de Raimundo, deverá fazê-lo, por exigência legal, antes de proferida a sentença.
- D** Raimundo poderá continuar no processo na condição de substituto processual.

QUESTÃO 45

Celina ajuizou ação contra Beatriz, requerendo a condenação da ré ao pagamento de danos morais e materiais que esta lhe teria causado. Após instrução processual, o juiz proferiu a sentença, julgando procedente o pedido para condenar Beatriz aos danos causados a Celina. A sentença transitou em julgado, tendo sido a ré intimada a pagar o montante de R\$ 20 mil, conforme fixado pelo juiz.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** Se Beatriz não efetuar o pagamento, Celina deverá requerer ao juiz a expedição de mandado de penhora e a avaliação dos bens da devedora, devendo, também, desde já, indicar os bens passíveis de penhora.
- B** Somente após a penhora e a avaliação dos bens é que Beatriz será intimada para oferecer impugnação.
- C** Não sendo efetuado o pagamento espontâneo da dívida, incidirá, sobre o valor da condenação, multa de 10%, a ser cobrada mediante processo executivo autônomo.
- D** Se Celina não requerer a execução do julgado em um prazo de seis meses contados do trânsito em julgado da decisão, o juiz extinguirá o processo e determinará o seu arquivamento.

QUESTÃO 46

Uma limitação expressa à possibilidade de o autor de uma ação requerer a antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional é que esta não importe em provimento irreversível, fazendo a doutrina e a jurisprudência, a respeito desse limite, referência ao fenômeno da irreversibilidade recíproca. Acerca desse tema, assinale a opção correta.

- A** Haverá irreversibilidade recíproca apenas nas situações em que for possível admitir-se reconvenção ou pedido contraposto, momento em que o réu também poderá pedir antecipação dos efeitos da tutela.
- B** Ocorrendo irreversibilidade recíproca, sempre prevalecerá a situação fática que já estiver constituída e cuja alteração dependa de provimento definitivo precedido de ampla dilação probatória.
- C** A irreversibilidade recíproca deverá ser objeto de análise caso a caso, momento em que o juiz deve-se ater à proporcionalidade para determinar a solução possível.
- D** Em regra, é possível o deferimento da antecipação dos efeitos da tutela antes mesmo da oitiva do réu, no entanto a detecção da chamada irreversibilidade recíproca torna obrigatória a oitiva.

QUESTÃO 47

Considere que, em uma ação intentada sob o rito comum ordinário para discutir direitos disponíveis, o réu não tenha arrolado as testemunhas que pretendia apresentar. Considere, ainda, que, no dia da audiência de instrução e julgamento, ele tenha comparecido em companhia de duas dessas testemunhas. Em face dessas considerações, assinale a opção correta.

- A** A apresentação espontânea das testemunhas supre a falta de arrolamento, tanto que este ocorre justamente para viabilizar a intimação delas.
- B** O arrolamento viabiliza o prévio conhecimento das testemunhas pela outra parte, o que é importante para instrumentar possível contradita.
- C** A oitiva das testemunhas não arroladas será permitida se o autor não demonstrar expressamente a ocorrência de incapacidade ou impedimento, já que o arrolamento serve à outra parte.
- D** Caso se oponha à oitiva das testemunhas não arroladas, o autor deverá apresentar contradita tão logo estas sejam chamadas a depor.

QUESTÃO 48

No que concerne à administração pública, assinale a opção correta.

- A** As empresas públicas, cujos funcionários são regidos pelo regime dos servidores públicos da União, são criadas por meio de decreto do presidente da República.
- B** Os órgãos públicos não são dotados de personalidade jurídica própria.
- C** A Caixa Econômica Federal é pessoa jurídica de direito público interno.
- D** O Banco do Brasil S.A., na qualidade de sociedade de economia mista controlada pela União, goza de privilégios fiscais não extensivos ao setor privado.

QUESTÃO 49

Maria ocupava cargo efetivo na administração pública federal e, após quinze anos de serviço público, aposentou-se por invalidez. Dois anos após a aposentadoria, submeteu-se a junta médica oficial, a qual declarou insubsistentes os motivos da aposentadoria, o que ocasionou o retorno de Maria ao serviço público.

Na situação hipotética apresentada, o instituto aplicado ao caso de Maria foi a

- A** recondução.
- B** reversão.
- C** readaptação.
- D** reintegração.

QUESTÃO 50

Considere que, após o devido processo licitatório, a administração pública tenha delegado a execução de um serviço público a um particular para que este executasse o serviço em seu próprio nome, por sua conta e risco, pelo prazo de cinco anos. Em troca, conforme previsão contratual, o particular receberia, a título de remuneração, a tarifa paga pelos usuários do serviço. Nesse caso, a administração pública firmou contrato de

- A** concessão de serviço público.
- B** permissão de serviço público.
- C** autorização de serviço público.
- D** empreitada de serviço público.

QUESTÃO 51

Acerca de pregão, assinale a opção correta.

- A** A aplicação do pregão eletrônico é restrita ao âmbito federal.
- B** A licitação por meio do pregão é considerada deserta quando nenhum dos interessados é selecionado em decorrência de inabilitação ou desclassificação.
- C** Caso o licitante vencedor seja inabilitado, o pregoeiro deverá declarar a licitação fracassada e realizar novo procedimento.
- D** Examinada a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e ao valor, caberá ao pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.

QUESTÃO 52

As agências reguladoras, na qualidade de autarquias,

- A** não dispõem de função normativa.
- B** podem ser criadas por decreto.
- C** estão sujeitas à tutela ou controle administrativo exercido pelo ministério a que se achem vinculadas, nos limites estabelecidos em lei.
- D** podem ter suas decisões alteradas ou revistas por autoridades da administração a que se subordinem.

QUESTÃO 53

O MP tomou conhecimento de que um servidor, Vicente, ocupante do cargo de ordenador de despesas de determinado município, facilitava a aquisição de bens por preço superior ao de mercado.

Com referência a essa situação hipotética e à improbidade administrativa, assinale a opção correta.

- A** O prazo prescricional das ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa é contado, na situação hipotética em questão, a partir da data em que Vicente praticou o ato.
- B** Caso o ato praticado por Vicente não esteja tipificado de forma expressa na Lei de Improbidade Administrativa, não poderá o juiz condená-lo pela prática de ato de improbidade.
- C** Não estará prescrita a pretensão do MP caso seja ajuizada ação com o exclusivo propósito de ressarcir os prejuízos causados ao erário quinze anos após a saída do referido servidor do cargo de ordenador de despesas.
- D** Vicente não poderá ser condenado em eventual ação de improbidade proposta pelo MP caso o tribunal de contas competente aprove as contas do município.

QUESTÃO 54

Com referência ao processo administrativo e a temas a ele relacionados, assinale a opção correta.

- A Um agente administrativo que tenha competência para decidir determinado recurso administrativo pode delegar tal competência a subordinado seu.
- B O servidor que atue como perito em um processo administrativo pode exercer outras funções no mesmo processo, exceto a de julgar.
- C As atividades que buscam a verificação e a comprovação de fatos e dados no processo administrativo podem ser impulsionadas de ofício pela administração, independentemente de requerimento do interessado.
- D Caso a matéria discutida no processo administrativo se apresente bastante controversa e inquietante, a autoridade responsável poderá deixar de decidir e submeter o tema à apreciação do Poder Judiciário.

QUESTÃO 55

Acerca da intervenção do Estado na propriedade, assinale a opção correta.

- A No tombamento, modalidade de intervenção restritiva da propriedade, não há mudança de propriedade.
- B O direito de preempção municipal, por meio do qual se assegura ao município preferência para aquisição do imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares, não é exemplo de limitação administrativa.
- C A ocupação temporária não pode incidir sobre bens imóveis.
- D A servidão administrativa é um direito pessoal.

QUESTÃO 56

Assinale a opção correta acerca das fundações.

- A Tanto as fundações públicas quanto as autarquias desempenham atividades de interesse coletivo que exigem a atuação de uma entidade estatal, por intermédio da aplicação de prerrogativas próprias do direito público.
- B É possível o recebimento, pelas fundações privadas, de incentivos e subsídios oriundos dos cofres públicos, circunstância que implicará a incidência de instrumentos de controle de sua atividade.
- C Fundação pública é pessoa jurídica instituída por lei para o desempenho de atividade de natureza econômica, de interesse coletivo, mantida com recursos públicos.
- D A fundação pública decorre da conjugação de esforços entre diversos sujeitos de direito, o que lhe confere a natureza associativa.

QUESTÃO 57

Com relação aos bens de uso comum do povo e aos bens de uso especial, assinale a opção correta.

- A Enquanto mantiverem a afetação, nem os bens de uso comum nem os de uso especial podem ser objeto de compra e venda ou doação.
- B Apenas os bens de uso comum do povo têm como característica a imprescritibilidade.
- C O não uso dos bens de uso comum do povo implica desafetação.
- D Os bens de uso especial são penhoráveis.

QUESTÃO 58

Compete aos estados e ao DF instituir imposto sobre

- A a propriedade predial e territorial urbana.
- B a transmissão *inter vivos*, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis.
- C a transmissão *causa mortis* e doação, de quaisquer bens ou direitos.
- D operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.

QUESTÃO 59

Em 2007, João adquiriu de Antônio a propriedade de um imóvel urbano e está sendo cobrado pelo não pagamento da taxa de coleta residencial de resíduos sólidos relativa ao ano de 2006, referente ao imóvel.

Nessa situação hipotética, João

- A não poderá ser responsabilizado pelo pagamento da taxa, visto que a aquisição do imóvel ocorreu em momento posterior ao seu fato gerador.
- B somente será responsável pelo pagamento da taxa se essa obrigação constar do título de transmissão da propriedade.
- C somente será responsável pelo pagamento da taxa se, no título de transmissão da propriedade, não constar prova de seu pagamento.
- D será responsável pelo pagamento da taxa em qualquer hipótese, pois o crédito tributário sub-roga-se automaticamente na pessoa do adquirente do imóvel.

QUESTÃO 60

Segundo o Código Tributário Nacional, o parcelamento do crédito tributário

- A deve ser concedido na forma e na condição estabelecidas em lei complementar da União.
- B não exclui, em nenhuma hipótese, a incidência de juros e multas.
- C não aproveita aos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou do terceiro em benefício daquele.
- D não deve ser concedido a devedor em recuperação judicial.

QUESTÃO 61

A alienação ou oneração de bens ou rendas por sujeito passivo em débito tributário inserido na dívida ativa para com a fazenda pública presume-se fraudulenta

- A se não tiverem sido reservados, pelo devedor, bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida.
- B somente se o ato ocorrer quando já em execução a dívida ativa regularmente inscrita.
- C independentemente de dispor o devedor de outros bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida.
- D ainda que o ato seja anterior à inscrição do débito na dívida ativa.

QUESTÃO 62

Assinale a opção correta acerca da competência tributária.

- Ⓐ É lícita a delegação da competência tributária de uma pessoa jurídica de direito público interno a outra.
- Ⓑ A União, os estados e o DF têm competência para instituir impostos não previstos expressamente na CF, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos já discriminados no texto constitucional.
- Ⓒ O ente político poderá transferir a terceiros as atribuições de arrecadação e fiscalização de tributos.
- Ⓓ Os estados, na forma das respectivas leis, têm competência para instituir contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública.

QUESTÃO 63

A Igreja Céu Azul, que goza de imunidade quanto ao pagamento de certos tributos, é proprietária de vários imóveis, um deles alugado a terceiro, e outro, onde são celebrados os cultos, que possui uma casa pastoral, um cemitério e um amplo estacionamento.

Considerando a situação hipotética apresentada e as normas atinentes à imunidade tributária, assinale a opção correta.

- Ⓐ O imóvel alugado a terceiros goza de imunidade quanto ao pagamento do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, desde que o valor dos aluguéis seja aplicado nas atividades essenciais da Igreja Céu Azul.
- Ⓑ A imunidade tributária conferida à referida igreja dispensa-a do recolhimento de impostos, taxas, contribuições de melhoria, bem como do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.
- Ⓒ Apenas a União está autorizada a instituir impostos sobre o patrimônio, renda e serviços da Igreja Céu Azul.
- Ⓓ A imunidade não abrange a casa pastoral, o cemitério e o estacionamento da Igreja Céu Azul, pois a norma constitucional se refere apenas aos templos de cultos religiosos.

QUESTÃO 64

De acordo com os princípios da anterioridade e da noventena, previstos na CF, a cobrança de imposto

- Ⓐ sobre a importação de produtos estrangeiros deve obedecer ao princípio da anterioridade.
- Ⓑ sobre a exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados não se sujeita ao princípio da anterioridade nem ao da noventena.
- Ⓒ sobre a renda e proventos de qualquer natureza deve obedecer ao princípio da noventena, mas não ao da anterioridade.
- Ⓓ sobre produtos industrializados deve obedecer ao princípio da anterioridade, mas não ao da noventena.

QUESTÃO 65

Assinale a opção correta a respeito do ITCMD.

- Ⓐ Incidirá ITCMD sobre os honorários do advogado contratado pelo inventariante.
- Ⓑ A cobrança de ITCMD relativamente aos bens móveis e imóveis competirá ao estado onde se processar o inventário.
- Ⓒ O ITCMD é estabelecido com base na alíquota vigente ao tempo da abertura da sucessão.
- Ⓓ Compete ao Senado Federal fixar as alíquotas mínimas e máximas do ITCMD.

QUESTÃO 66

Acerca do ICMS, assinale a opção correta.

- Ⓐ O ICMS incide sobre os serviços de comunicação.
- Ⓑ O ICMS, de competência de estado da Federação, incidirá sobre a prestação de serviço de transporte, ainda que o ônibus coletivo urbano não circule além do limite de um de seus municípios.
- Ⓒ O ICMS não poderá ser seletivo em função da essencialidade das mercadorias.
- Ⓓ Não caberá cobrança de ICMS quando houver mercadoria importada do exterior.

QUESTÃO 67

Assinale a opção correta com referência à cobrança judicial da dívida ativa da fazenda pública.

- Ⓐ A dívida ativa da fazenda pública não abrange os juros de mora.
- Ⓑ A indicação, pelo executado, de bem imóvel à penhora prescinde de consentimento expresso do respectivo cônjuge.
- Ⓒ A execução fiscal pode ser promovida contra o devedor, mas não contra o fiador.
- Ⓓ Em situação excepcional, a penhora poderá recair sobre estabelecimento empresarial.

QUESTÃO 68

Pedro exercia, na empresa Atlântico, havia cinco anos, cargo de confiança pelo qual recebia gratificação. Em razão de não ter atendido às metas determinadas pela nova direção da empresa, perdeu o cargo e retornou à função que ocupava originariamente.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- Ⓐ Pedro não perderá a gratificação pelo cargo de confiança, visto que, após três anos, ela é incorporada ao patrimônio jurídico do trabalhador.
- Ⓑ A empresa poderá retirar a gratificação que Pedro recebia pelo cargo ocupado.
- Ⓒ Em razão do princípio da estabilidade financeira, a empresa não poderá retirar a gratificação de Pedro.
- Ⓓ Em razão do princípio da irredutibilidade salarial e por Pedro ter prestado serviços por cinco anos no referido cargo de confiança, a empresa não poderá retirar-lhe a gratificação.

QUESTÃO 69

Assinale a opção correta acerca da estabilidade provisória da empregada gestante.

- A A garantia de emprego à gestante só autoriza a reintegração se esta se der durante o período de estabilidade; do contrário, a garantia restringe-se aos salários e demais direitos correspondentes ao período de estabilidade.
- B O desconhecimento, pelo empregador, do estado gravídico da empregada afasta o direito ao pagamento da indenização decorrente da estabilidade.
- C Há direito da empregada gestante à estabilidade provisória na hipótese de admissão mediante contrato de experiência, visto que a extinção da relação de emprego, em face do término do prazo, constitui dispensa arbitrária ou sem justa causa.
- D Não se prevê garantia de emprego à empregada doméstica gestante desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto.

QUESTÃO 70

A respeito do empregado doméstico, assinale a opção correta.

- A As normas de trabalho do empregado doméstico são regidas pela CLT.
- B O seguro-desemprego não se estende aos empregados domésticos.
- C Um empregado que trabalhe em uma casa de cômodos para aluguel não pode ser considerado empregado doméstico, em razão da configuração da atividade lucrativa do empregador.
- D É obrigatório o pagamento do FGTS para os empregados domésticos.

QUESTÃO 71

Com relação aos conceitos de salário e remuneração, assinale a opção correta.

- A As gorjetas pagas pelos clientes aos empregados de um restaurante integram o salário desses empregados.
- B A participação dos empregados nos lucros ou resultados da empresa não possui caráter salarial.
- C A ajuda de custo paga ao empregado possui natureza salarial.
- D A legislação brasileira autoriza o pagamento de salário complessivo, que é aquele em que todas as quantias a que faz jus o empregado são englobadas em um valor unitário, indiviso, sem discriminação das verbas pagas.

QUESTÃO 72

Assinale a opção correta acerca do FGTS.

- A Os valores referentes ao FGTS podem ser pagos diretamente ao empregado.
- B Os trabalhadores autônomos são beneficiários do FGTS.
- C A conta vinculada do trabalhador no FGTS não poderá ser movimentada em caso de despedida indireta.
- D É devido o recolhimento do FGTS sobre os valores pagos a título de aviso prévio, quer tenha o empregado, durante esse período, trabalhado ou não.

QUESTÃO 73

No que se refere ao adicional de periculosidade e ao adicional de insalubridade, assinale a opção correta.

- A Frentistas que operam bombas de gasolina não fazem jus ao adicional de periculosidade, visto que não têm contato direto com o combustível.
- B O caráter intermitente do trabalho executado em condições insalubres não afasta o direito de recebimento do respectivo adicional.
- C A eliminação da insalubridade do trabalho em uma empresa, mediante a utilização de aparelhos protetores aprovados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, não é suficiente para o cancelamento do pagamento do respectivo adicional.
- D As horas em que o empregado permanecer em sobreaviso também geram a integração do adicional de periculosidade para o cálculo da jornada extraordinária.

QUESTÃO 74

A respeito do salário utilidade ou *in natura*, assinale a opção correta.

- A A habitação fornecida ao empregado, quando indispensável à realização do trabalho, não tem natureza salarial.
- B O fornecimento, pela empresa, de veículo ao empregado, quando indispensável à realização do trabalho, será considerado salário *in natura*, o que deixará de ocorrer quando o veículo for também utilizado para atividades particulares do empregado.
- C O fornecimento de cigarro por indústria tabagista ao empregado que nela trabalhe é considerado salário *in natura*.
- D A energia fornecida por empresa de energia elétrica ao empregado que nela trabalhe possui natureza salarial em qualquer situação.

QUESTÃO 75

Com base no entendimento do TST acerca da rescisão do contrato de trabalho, assinale a opção correta.

- A O empregado que rescinde antecipadamente o contrato por prazo determinado não está obrigado a indenizar o empregador.
- B A pessoa jurídica de direito público que não observa o prazo para pagamento das verbas rescisórias não se submete à multa prevista no art. 477 da CLT.
- C Nas rescisões antecipadas dos contratos de experiência que contenham cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antes de seu término, não cabe aviso prévio.
- D A indenização de empregado que trabalha por comissão deve ser calculada com base na média das comissões recebidas nos últimos doze meses de serviço.

QUESTÃO 76

A respeito do procedimento sumaríssimo no processo do trabalho, assinale a opção correta.

- A** Ação trabalhista contra autarquia federal submete-se ao procedimento sumaríssimo desde que o valor daquela não exceda a quarenta salários mínimos.
- B** A citação por edital será admitida no procedimento sumaríssimo caso as tentativas de citação por carta registrada e oficial de justiça não tenham logrado êxito.
- C** Cada parte poderá indicar até três testemunhas para a oitiva na audiência de instrução e julgamento.
- D** No procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por contrariedade a súmula uniforme do TST ou por violação direta da CF.

QUESTÃO 77

Além dos beneficiários da justiça gratuita, são isentas do pagamento de custas no processo do trabalho

- A** as empresas públicas.
- B** as sociedades de economia mista.
- C** as autarquias.
- D** as entidades sindicais.

QUESTÃO 78

O art. 899 da CLT dispõe que os recursos trabalhistas devem ser interpostos por simples petição. Segundo entendimento pacífico da jurisprudência, no tratamento da necessidade de fundamentação dos recursos apresentados,

- A** não será necessária, ante a informalidade do processo trabalhista, a fundamentação dos recursos.
- B** apenas os recursos de natureza extraordinária, por expressa previsão constitucional, devem ser fundamentados, sob pena de não serem conhecidos.
- C** o recurso deve ser fundamentado, visto que, na justiça do trabalho, exige-se que as razões ataquem os fundamentos da decisão recorrida.
- D** a fundamentação recursal será necessária somente se o pedido não delimitar com precisão o objeto da irrisignação, impossibilitando compreender-se a controvérsia em toda sua extensão.

QUESTÃO 79

No que concerne ao acordo homologado judicialmente, assinale a opção correta.

- A** Acordos judiciais não transitam em julgado, visto que podem sofrer alterações a qualquer tempo, conforme a vontade das partes.
- B** Cabe agravo de instrumento contra a decisão que homologa acordo.
- C** O termo conciliatório transita em julgado na data da publicação da homologação judicial.
- D** O acordo homologado judicialmente tem força de decisão irrecurável, salvo para a previdência social, quanto às contribuições que lhe forem devidas.

QUESTÃO 80

No que se refere às nulidades no processo do trabalho, assinale a opção correta de acordo com a CLT.

- A** A nulidade será pronunciada quando for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato.
- B** Não haverá nulidade quando dos atos inquinados resultar manifesto prejuízo às partes litigantes.
- C** Tratando-se de nulidade fundada em incompetência de foro, serão considerados nulos os atos ordinatórios.
- D** O juiz ou tribunal que declarar a nulidade declarará os atos a que ela se estende.

QUESTÃO 81

Assinale a opção correta acerca do mandato.

- A** Considera-se inválido instrumento de mandato com prazo determinado e com cláusula que estabeleça a prevalência dos poderes para atuar até o final da demanda.
- B** Caso haja previsão, no mandato, de termo para sua juntada, o instrumento de mandato terá validade independentemente da data em que for juntado aos autos.
- C** Configura-se a irregularidade de representação caso o substabelecimento seja anterior à outorga passada ao substabelecido.
- D** São inválidos os atos praticados pelo substabelecido se não houver, no mandato, poderes expressos para substabelecer.

QUESTÃO 82

Segundo grande parte da doutrina, prescrição consiste na perda do direito de ação pelo não exercício desse direito no prazo determinado por lei. A esse respeito, assinale a opção correta.

- A** Para ações em que se questionem créditos resultantes das relações empregatícias, prevê-se prazo prescricional de dois anos no curso da relação de emprego e de cinco anos após a extinção do contrato de trabalho.
- B** Para a ação em que se pleiteie apenas anotação da carteira de trabalho e previdência social, conta-se o prazo prescricional a partir da extinção do contrato de trabalho.
- C** No caso de ação ajuizada em razão do não recolhimento da contribuição para o FGTS, a prescrição é de trinta anos, respeitado o biênio posterior ao término do contrato de trabalho.
- D** A prescrição da pretensão relativa às parcelas remuneratórias não alcança o respectivo recolhimento da contribuição para o FGTS.

QUESTÃO 83

Considerando as normas constitucionais sobre meio ambiente, assinale a opção correta.

- Ⓐ O direito à integridade do meio ambiente, que constitui prerrogativa jurídica de titularidade individual, e não coletiva, é assim atribuído ao indivíduo identificado em sua singularidade.
- Ⓑ Além de buscar a conscientização pública para a preservação do meio ambiente, o poder público tem o encargo de promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino.
- Ⓒ Sendo o meio ambiente bem de caráter difuso, não se reconhece legitimidade ao cidadão para que proponha, isoladamente, ação popular com o objetivo de anulação de ato lesivo ao meio ambiente.
- Ⓓ Incumbe ao poder público definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente por meio de ato do Poder Executivo no exercício do poder de polícia administrativa.

QUESTÃO 84

Assinale a opção correta com relação aos princípios do direito ambiental.

- Ⓐ Em conformidade com o princípio do desenvolvimento sustentável, o direito ao desenvolvimento deve ser exercido de modo a permitir que sejam atendidas as necessidades do tempo presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras.
- Ⓑ O princípio do poluidor-pagador estabelece que a pessoa, física ou jurídica, antes de desenvolver atividade considerada causadora de degradação ambiental, terá de pagar para evitar a contaminação.
- Ⓒ O ressarcimento do dano ambiental deve ocorrer, preferencialmente, mediante indenização em dinheiro, e, secundariamente, pela reparação natural do ambiente degradado.
- Ⓓ Conforme o princípio do limite, o particular que pretenda desenvolver atividade ou empreendimento que cause significativa degradação ambiental tem o dever de fixar parâmetros que levem em conta a proteção da vida e do próprio meio ambiente.

QUESTÃO 85

Antônio, réu primário, sofreu condenação já transitada em julgado pela prática do crime previsto no art. 273 do CP, consistente na falsificação de produto destinado a fins terapêuticos, praticado em janeiro de 2009.

Em face dessa situação hipotética e com base na legislação e na jurisprudência aplicáveis ao caso, assinale a opção correta.

- Ⓐ Antônio cometeu crime hediondo e, portanto, não poderá progredir de regime.
- Ⓑ Antônio não cometeu crime hediondo e poderá progredir de regime de pena privativa de liberdade após o cumprimento de um sexto da pena, caso ostente bom comportamento carcerário comprovado pelo diretor do estabelecimento prisional, mediante decisão fundamentada precedida de manifestação do MP e do defensor.
- Ⓒ Antônio cometeu crime hediondo, mas poderá progredir de regime de pena privativa de liberdade após o cumprimento de um sexto da pena, caso ostente bom comportamento carcerário comprovado pelo diretor do estabelecimento prisional.
- Ⓓ Antônio cometeu crime hediondo, de forma que só poderá progredir de regime de pena privativa de liberdade após o cumprimento de dois quintos da pena, caso atendidos os demais requisitos legais.

QUESTÃO 86

Em relação à classificação das infrações penais, assinale a opção correta.

- Ⓐ Crime unissubsistente é o que se consuma com a simples criação do perigo para o bem jurídico protegido, sem produzir dano efetivo.
- Ⓑ No crime comissivo por omissão, o agente responde pelo resultado, e não, pela simples omissão, uma vez que esta é o meio pelo qual o agente produz o resultado.
- Ⓒ Crimes hediondos são os previstos como tal na lei específica, e crimes assemelhados a hediondos são todos aqueles delitos que, embora não estejam previstos como tal na lei, causem repulsa social, por sua gravidade e crueldade.
- Ⓓ Crime próprio é sinônimo de crime de mão própria.

QUESTÃO 87

De acordo com o art. 14, inciso II, do CP, diz-se tentado o crime quando, iniciada a execução, este não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente. Em relação ao instituto da tentativa (*conatus*) no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a opção correta.

- A** O crime de homicídio não admite tentativa branca.
- B** Considera-se perfeita ou acabada a tentativa quando o agente atinge a vítima, vindo a lesioná-la.
- C** A tentativa determina a redução da pena, obrigatoriamente, em dois terços.
- D** As contravenções penais não admitem punição por tentativa.

QUESTÃO 88

Com relação ao dolo e à culpa, assinale a opção correta.

- A** Caracteriza-se a culpa própria quando o agente, por erro de tipo inescusável, supõe estar diante de uma causa de justificação que lhe permite praticar, licitamente, o fato típico.
- B** Considere que determinado agente, com intenção homicida, dispare tiros de pistola contra um desafeto e, acreditando ter atingido seu objetivo, jogue o suposto cadáver em um lago. Nessa situação hipotética, caso se constate posteriormente que a vítima estava viva ao ser atirada no lago, tendo a morte ocorrido por afogamento, fica caracterizado o dolo geral do agente, devendo este responder por homicídio consumado.
- C** A conduta culposa poderá ser punida ainda que sem previsão expressa na lei.
- D** Caracteriza-se a culpa consciente caso o agente preveja e aceite o resultado de delito, embora imagine que sua habilidade possa impedir a ocorrência do evento lesivo previsto.

QUESTÃO 89

Em cada uma das opções a seguir, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a respeito de penas. Assinale a opção em que a assertiva está de acordo com o que dispõe o CP.

- A** Paulo foi definitivamente condenado à pena privativa de liberdade em regime fechado. Nessa situação, Paulo deverá, necessariamente, ser submetido ao exame criminológico para a obtenção da progressão de regime.
- B** Túlio, funcionário público, praticou crime de peculato doloso, vindo a ser definitivamente condenado à pena privativa de liberdade. Nessa situação, a progressão do regime de cumprimento de sua pena ficará condicionada à reparação do dano que causou ou à devolução do produto do crime, com os acréscimos legais.
- C** Júlio foi definitivamente condenado à pena privativa de liberdade em regime fechado e passou a trabalhar no presídio. Nessa situação, embora o trabalho de Júlio seja remunerado, ele não terá direito aos benefícios da previdência social.
- D** Roberto, durante o trâmite de processo por crime de roubo, ficou preso provisoriamente em razão de prisão preventiva decretada pelo juiz para a garantia da ordem pública. Nessa situação, caso o juiz imponha a Roberto, na sentença definitiva, medida de segurança, e não pena privativa de liberdade, o tempo de prisão provisória não será computado na medida de segurança.

QUESTÃO 90

A respeito do crime de omissão de socorro, assinale a opção correta.

- A** A omissão de socorro classifica-se como crime omissivo próprio e instantâneo.
- B** A criança abandonada pelos pais não pode ser sujeito passivo de ato de omissão de socorro praticado por terceiros.
- C** O crime de omissão de socorro é admitido na forma tentada.
- D** É impossível ocorrer participação, em sentido estrito, em crime de omissão de socorro.

QUESTÃO 91

Assinale a opção correta acerca dos crimes contra a administração pública.

- A Somente o funcionário público pode ser sujeito ativo de crime de prevaricação.
- B O crime de concussão é considerado crime material.
- C No crime de peculato culposo, a reparação do dano anterior à sentença irrecorrível é causa de redução de pena.
- D O crime de corrupção ativa é considerado crime próprio.

QUESTÃO 92

A respeito dos meios de prova e das citações e intimações no âmbito do direito processual penal, assinale a opção correta.

- A O exame de corpo de delito e outras perícias devem ser feitos, necessariamente, por dois peritos oficiais ou, na impossibilidade de estes o fazerem, por duas pessoas idôneas assim consideradas pelo juiz.
- B Tratando-se de processo penal, é absoluta a nulidade por falta de intimação da expedição de precatória para inquirição de testemunha.
- C O procedimento de acareação, objeto de severas críticas por violar o princípio da dignidade da pessoa humana, foi extinto pela recente reforma do CPP.
- D O oficial de justiça, ao verificar que o réu se oculta para não ser citado, deve certificar a ocorrência e proceder à citação com hora certa, na forma estabelecida no CPC.

QUESTÃO 93

Acerca das normas aplicáveis ao processo e ao julgamento dos crimes de calúnia e injúria, previstas no CPP, assinale a opção correta.

- A O juiz, antes de receber a queixa, oferece às partes oportunidade para se reconciliarem, fazendo-as comparecer em juízo para serem ouvidas, separadamente, na presença, obrigatória, dos seus advogados, lavrando-se o termo respectivo.
- B No caso de reconciliação, depois de assinado pelo querelante termo de desistência da queixa, esta será suspensa pelo prazo de dois anos, e o juiz fixará as condições a serem respeitadas pelo querelado para que se opere a extinção da punibilidade após o decurso do referido prazo.
- C É pública incondicionada a ação penal por crime contra a honra de funcionário público em razão do exercício de suas funções.
- D Caso seja oferecida a exceção da verdade ou da notoriedade do fato imputado, poderá o querelante contestar a exceção, podendo ser inquiridas as testemunhas arroladas na queixa.

QUESTÃO 94

Assinale a opção correta com relação aos recursos criminais.

- A Considere que Jaime tenha sido denunciado pelo delito de descaminho, tendo o julgador rejeitado a denúncia, com base no princípio da insignificância, e determinado a extinção da punibilidade do denunciado. Nessa situação hipotética, poderá o MP apresentar recurso de apelação contra a decisão judicial.
- B Constitui nulidade a falta de intimação do denunciado para oferecer contrarrazões ao recurso interposto contra a rejeição da denúncia, não a suprindo a nomeação de defensor dativo.
- C Considere que Elias pratique crime contra bens da União e seu advogado impetre *habeas corpus* em seu favor, com decisão final favorável ao paciente. Considere, ainda, que, ao apreciar o recurso de ofício contra essa decisão, o tribunal de justiça reconheça a incompetência do juízo estadual de primeiro grau, anule o *decisum* e determine a remessa dos autos ao juízo federal competente. Nessa situação hipotética, o tribunal só poderá reconhecer a nulidade se tal alegação for feita, pelo MP, na peça recursal, sob pena de a decisão do órgão recursal representar *reformatio in pejus*.
- D O protesto por novo júri é cabível contra decisões do tribunal do júri que acarretem ao réu condenação à pena privativa de liberdade, com reclusão superior a vinte anos.

QUESTÃO 95

Assinale a opção correta a respeito da exceção de suspeição.

- A Caso seja arguida a suspeição de membro do MP, a decisão caberá ao próprio juiz criminal que conduz o processo principal.
- B Julgada procedente a exceção de suspeição do juiz pelo tribunal competente, o processo deverá ser remetido ao seu substituto, com aproveitamento dos atos já praticados no processo principal.
- C Sempre que houver arguição de suspeição de jurado no procedimento do tribunal do júri, deverá o juiz determinar a suspensão do processo principal até que se decida o incidente.
- D As partes não poderão arguir de suspeição os serventuários ou funcionários da justiça e os peritos não oficiais, pois tais servidores exercem atividade meramente administrativa.

QUESTÃO 96

Acerca das prisões cautelares, assinale a opção correta.

- Ⓐ Considere que Amanda, na intenção de obter vantagem econômica, tenha sequestrado Bruna, levando-a para o cativeiro. Nesse caso, a prisão em flagrante de Amanda só poderá ocorrer até vinte e quatro horas após a constrição da liberdade de Bruna, devendo a autoridade policial, caso descubra o paradeiro da vítima após tal prazo, solicitar ao juiz competente o mandado de prisão contra a sequestradora.
- Ⓑ São pressupostos da prisão preventiva: garantia da ordem pública ou da ordem econômica; conveniência da instrução criminal; garantia de aplicação da lei penal; prova da existência do crime; indício suficiente de autoria.
- Ⓒ Em regra, a prisão temporária deve ter duração máxima de cinco dias. Tratando-se, no entanto, de procedimento destinado à apuração da prática de delito hediondo, tal prazo poderá estender-se para trinta dias, prorrogável por igual período em caso de extrema e comprovada necessidade.
- Ⓓ A apresentação espontânea do acusado à autoridade policial, ao juiz criminal ou ao MP impede a prisão preventiva, devendo o acusado responder ao processo em liberdade.

QUESTÃO 97

Com base no que dispõe a Lei de Execuções Penais, assinale a opção correta.

- Ⓐ Considere que James tenha sido definitivamente condenado pela prática de crime de estupro e que, posteriormente, no curso da execução de tal pena, ele tenha sido condenado pela prática de crime de corrupção passiva. Nessa situação, como James já estava cumprindo a pena do crime de estupro, não poderá haver soma das penas para determinação do regime.
- Ⓑ O ingresso do condenado no regime aberto em decorrência da progressão do regime semiaberto fixado como inicial pela sentença condenatória constitui resultado do cumprimento de parte da pena imposta e é automático, não pressupondo a aceitação do programa do regime aberto e de eventuais condições impostas pelo juiz.
- Ⓒ A execução da pena privativa de liberdade ficará sujeita à forma regressiva, com a transferência para regimes mais rigorosos, quando o condenado, por exemplo, praticar fato definido como crime doloso ou falta grave.
- Ⓓ A saída temporária destina-se aos condenados que cumpram pena em regime fechado ou semiaberto e poderá ser autorizada para visita à família, frequência a curso profissionalizante ou de instrução do ensino médio ou superior.

QUESTÃO 98

Paulo Ricardo, funcionário público federal, foi ofendido, em razão do exercício de suas funções, por Ana Maria.

Em face dessa situação hipotética, assinale a opção correta no que concerne à legitimidade para a propositura da respectiva ação penal.

- Ⓐ A ação penal será pública incondicionada, considerando-se que a ofensa foi praticada *propter officium* e que há manifesto interesse público na persecução criminal.
- Ⓑ A ação penal será privada, do tipo personalíssima.
- Ⓒ Será concorrente a legitimidade de Paulo Ricardo, mediante queixa, e do MP, condicionada à representação do ofendido.
- Ⓓ Somente o MP terá legitimidade para a propositura da ação penal, mas, para tanto, será necessária a representação do ofendido ou a requisição do chefe imediato de Paulo Ricardo.

QUESTÃO 99

Considerando o ECA, assinale a opção correta.

- Ⓐ Na interpretação do ECA, devem ser considerados os fins sociais a que o estatuto se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, bem como a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.
- Ⓑ O adolescente civilmente identificado não pode ser submetido à identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais, nem mesmo para efeito de confrontação, havendo dúvida fundada.
- Ⓒ Entre as medidas socioeducativas que podem ser aplicadas ao adolescente, estão a prestação de serviços à comunidade e a substituição de internação em estabelecimento educacional por multa.
- Ⓓ A medida aplicada por força de remissão não pode ser revista judicialmente, sob pena de ofensa à coisa julgada.

QUESTÃO 100

No que se refere ao direito à convivência familiar e comunitária, assinale a opção correta com base no ECA.

- Ⓐ Toda criança ou adolescente tem direito à educação no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a participação efetiva da mãe biológica no convívio diário com o educando, em ambiente livre da presença de pessoas discriminadas.
- Ⓑ Os filhos, havidos, ou não, da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.
- Ⓒ O pátrio poder não poderá ser exercido, simultaneamente, pelo pai e pela mãe. Em caso de discordância quanto a quem caberá titularizá-lo, a ambos será facultado o direito de recorrer à autoridade judiciária competente para a solução da divergência.
- Ⓓ Na ausência dos pais, o pátrio poder poderá ser delegado, nessa ordem: ao irmão mais velho, desde que já tenha alcançado a maioridade, ao tio paterno ou ao avô paterno. Na ausência de qualquer um desses, o pátrio poder poderá, excepcionalmente, ser delegado à avó materna.